

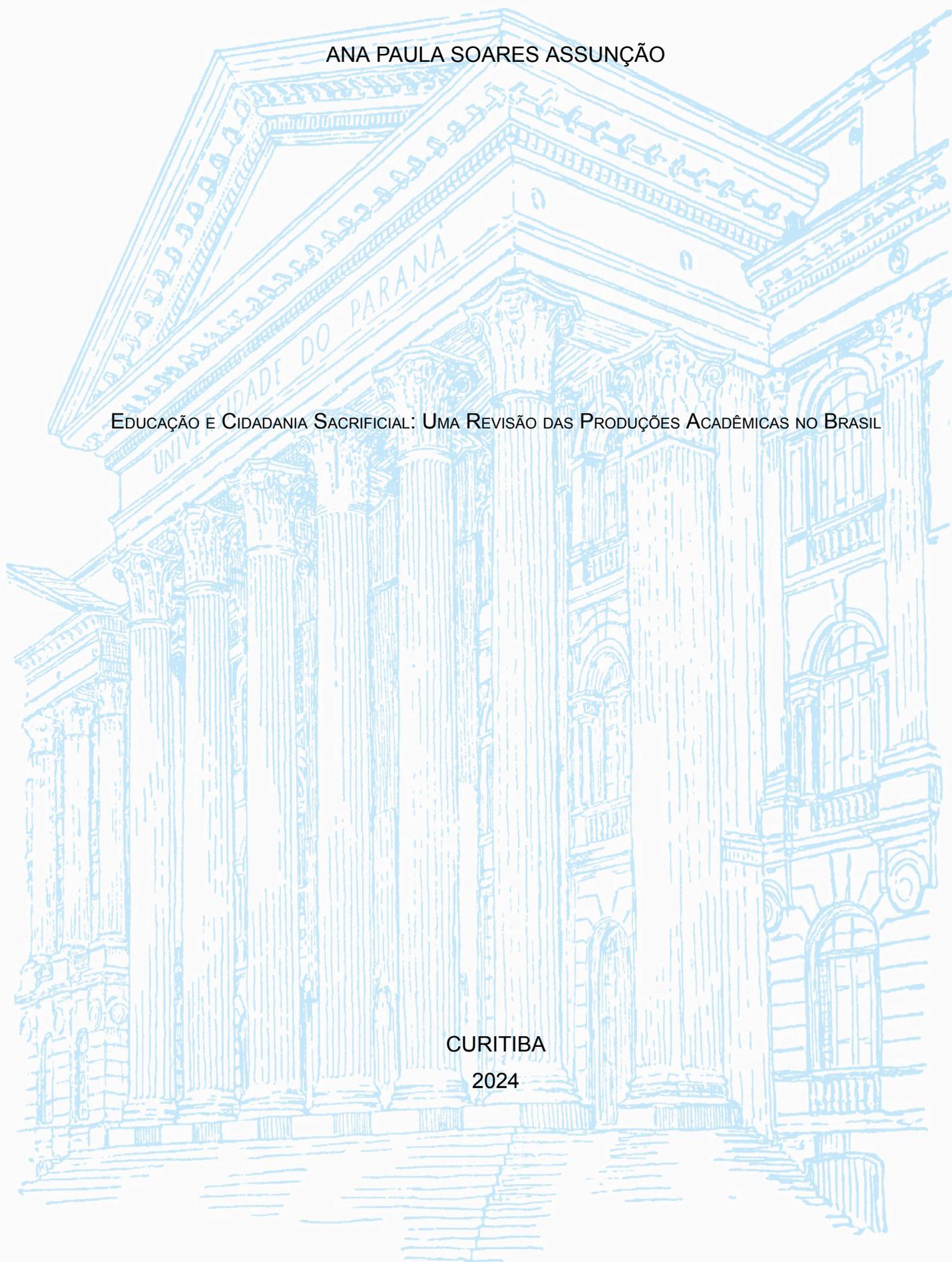
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA PAULA SOARES ASSUNÇÃO

EDUCAÇÃO E CIDADANIA SACRIFICIAL: UMA REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO BRASIL

CURITIBA

2024



ANA PAULA SOARES ASSUNÇÃO

EDUCAÇÃO E CIDADANIA SACRIFICIAL: UMA REVISÃO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS NO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná como requisito à obtenção do título do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Ana Lorena de Oliveira  
Brael

CURITIBA

2024

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos à minha eu do passado, aquela criança cheia de sonhos que almejava vivenciar a grandiosidade da vida universitária. À pequena Ana, agradeço por não ter desistido, mesmo diante das adversidades enfrentadas ao longo do caminho até aqui. Agradeço por ter suportado momentos tão difíceis, muitas vezes sozinha, sendo meu próprio apoio e fonte de incentivo.

Não posso deixar de estender minha gratidão aos meus pais. Cada um, à sua maneira singular, contribuiu significativamente para que eu alcançasse esta etapa tão importante. Suas orientações, apoio emocional e encorajamento foram fundamentais para o meu percurso acadêmico.

Não posso deixar de mencionar meu marido, cujo incentivo constante, apoio durante a rotina cansativa e cuidado diário com meu bem-estar foram essenciais para minha jornada acadêmica. Sua compreensão e encorajamento foram pilares fundamentais. Às minhas amigas e companheiras de graduação, expressei meu profundo agradecimento. Juntas, compartilhamos essa jornada desafiadora, apoiando-nos mutuamente ao longo do percurso. Quando uma de nós estava fragilizada, as outras estavam lá para segurar as mãos e seguir adiante, mesmo nos momentos mais exaustivos. Por isso, Barbara e Klissia, obrigada por estarem comigo neste momento tão importante.

Quero expressar minha gratidão às pessoas que cultivaram em mim a paixão pela educação e que me inspiraram a perseguir meu sonho de estar na universidade. Seu exemplo e a educação significativa que proporcionaram foram a base sólida que me impulsionou a ingressar no ensino superior, no curso de pedagogia, que desempenha um papel crucial na sociedade. Agradeço aos membros da banca examinadora, pelo interesse e disponibilidade. A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de minha formação, o meu muito obrigada.

Cada uma dessas pessoas deixou uma marca indelével em minha jornada acadêmica, e por isso, agradeço de coração a todos que contribuíram para minha realização pessoal e acadêmica. Vocês foram peças-chave nesta trajetória e sou eternamente grata por cada apoio, conselho e gesto de generosidade.

**“Somos o que fazemos, mas somos, principalmente,  
o que fazemos para mudar o que somos.”**

**Eduardo Galeano (1984)**

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a intrincada relação entre cidadania sacrificial e educação no contexto brasileiro, utilizando uma abordagem qualitativa baseada em Revisão Sistemática de literatura, a partir de descritores que orientaram o levantamento e a análise de publicações da área de educação que citam obras da autora Wendy Brown entre 2020 a 2024. A análise das publicações brasileiras utilizando como referência a autora destaca a apropriação do conceito de cidadania sacrificial na produção científica sobre educação no país. A abordagem de temas como exclusão educacional, políticas, currículo e neoliberalismo, nos aponta para a urgência de compreender estruturas educacionais que perpetuam essa lógica sacrificial. A relevância desse tema reside na busca por políticas públicas inclusivas e na promoção de uma educação transformadora. A problemática identificada destaca-se na reprodução de uma lógica sacrificial que marginaliza grupos específicos, perpetuando desigualdades sociais. Em síntese, este trabalho não apenas analisou a presença do conceito da cidadania sacrificial na educação brasileira, mas também apontou para a necessidade de aprofundamento desse debate com vistas à compreensão sobre os usos possíveis do conceito para analisar a realidade brasileira e as necessárias transformações substantivas.

Palavras-chave: Educação, Cidadania Sacrificial, Desigualdades educacionais, Pedagogia.

## **ABSTRACT**

This study aimed to analyze the intricate relationship between sacrificial citizenship and education in the Brazilian context, using a qualitative approach based on a Systematic Literature Review. This review was guided by descriptors that directed the identification and analysis of publications in the field of education referencing Wendy Brown's works between 2020 and 2024. The analysis of Brazilian publications referencing the author highlights the appropriation of the concept of sacrificial citizenship in the scientific production on education in the country. Topics such as educational exclusion, policies, curriculum, and neoliberalism underscore the urgency of understanding educational structures that perpetuate this sacrificial logic. The relevance of this theme lies in the pursuit of inclusive public policies and the promotion of transformative education. The identified issue is notable for the reproduction of a sacrificial logic that marginalizes specific groups, perpetuating social inequalities. In summary, this study not only examined the presence of the concept of sacrificial citizenship in Brazilian education but also pointed to the need to deepen this debate to explore the potential uses of the concept for analyzing the Brazilian reality and driving substantive transformations.

Key-words: Education, Sacrificial Citizenship, Inequality, Pedagogy.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1 Contexto e problema.....</b>	<b>1</b>
<b>1.2 Objetivos.....</b>	<b>3</b>
<b>1.2.1 Objetivos Geral.....</b>	<b>3</b>
<b>1.2.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>3</b>
<b>1.3 Justificativa.....</b>	<b>3</b>
<b>1.4 Apresentação da autora Wendy Brown.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Capítulo I - Desigualdades e Sacrifícios: A Educação na Cidadania Sacrificial.....</b>	<b>6</b>
<b>2.1 Educação e Desigualdades.....</b>	<b>6</b>
<b>2.2 Conceito de Cidadania Sacrificial e Educação.....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 Teoria do Capital Humano.....</b>	<b>15</b>
<b>3. Capítulo II – Revisão de literatura: aproximações entre a produção de pesquisa brasileira e Wendy Brown.....</b>	<b>18</b>
<b>4. Considerações finais.....</b>	<b>28</b>
<b>Referência.....</b>	<b>30</b>

## **1. INTRODUÇÃO**

### **1.1 CONTEXTO E PROBLEMA**

A cidadania sacrificial é um conceito que tem ganhado relevância na discussão sobre a relação entre educação e democracia. Esse conceito refere-se à ideia de que alguns grupos sociais, historicamente excluídos dos direitos de cidadania, acabam sendo tratados como "sacrifícios" em prol do bem-estar da maioria. No contexto do neoliberalismo, essa exclusão assume um caráter ainda mais pronunciado, já que o foco financeiro-empresarial da lógica neoliberal transforma cidadãos em "capital humano", priorizando a eficiência econômica sobre os direitos sociais. Assim, esses grupos marginalizados são vistos como custos ou perdas necessárias para garantir o sucesso do sistema, justificando a retirada de direitos e benefícios em nome da austeridade e da competitividade econômica. Assim, para Brown (2018, p. 9), a cidadania sacrificial é um "sacrifício moralizado que resolve artificialmente o paradoxo da conduta não recompensada, prescrita de maneira normativa pelo neoliberalismo", em vez de apoiar o interesse público. Nesse modelo, o sacrifício que antes era visto como um gesto de patriotismo, como nos tempos de guerra, é agora transformado em um sacrifício econômico, refletindo na "economicização neoliberal da vida política" (Brown, 2018, p. 6). Esse processo resulta em uma série de renúncias e perdas para os cidadãos, como a retirada de direitos trabalhistas, o desmonte da previdência social, o desinvestimento em educação e a privatização de serviços públicos, tudo justificado sob o argumento de medidas de austeridade para o bem da nação. Essa perda de direitos pode ser justificada por meio de argumentos como a meritocracia, a competição ou a eficiência, mas acaba por reforçar as desigualdades e perpetuar as injustiças sociais.

Nesse contexto, a educação pode ser vista como um espaço de reprodução ou de transformação da cidadania sacrificial. De um lado, a educação pode reproduzir as hierarquias e as exclusões presentes na sociedade, ao enfatizar a competição, a individualização e o conformismo. Por outro lado, a educação pode promover uma visão crítica e emancipadora da cidadania, ao valorizar a diversidade, a participação e a solidariedade.

A relação entre a cidadania sacrificial e a democracia é complexa e multifacetada. Por um lado, a democracia pode ser vista como uma forma de superar a cidadania sacrificial, ao garantir a igualdade de oportunidades, de condições, de posições e de resultados, a representatividade dos diferentes grupos sociais e a inclusão social. Por outro lado, a democracia também pode ser interpretada como um sistema que, em alguns casos, perpetua a cidadania sacrificial, ao excluir e marginalizar grupos sociais que não se encaixam nos padrões dominantes de poder e representação. Essa exclusão não é apenas uma questão de visibilidade política, mas tem consequências profundas nas decisões políticas e nas formas como os direitos sociais são materializados. A falta de representação adequada de certos grupos sociais no processo democrático pode resultar em políticas públicas que não atendem às suas necessidades, perpetuando desigualdades e limitando o acesso a direitos fundamentais, como o direito à educação. Quando a representação é distorcida ou insuficiente, as decisões políticas tendem a refletir os interesses daqueles que já detêm o poder, reforçando a lógica sacrificial e minando a promessa democrática de inclusão e justiça social. Assim, o modo como a democracia lida com a representação tem um impacto direto na forma como os direitos sociais, em especial o direito à educação, são concebidos e implementados, determinando quem tem acesso a uma educação de qualidade<sup>1</sup> e quem permanece à margem.

Diante dessa problemática, este trabalho tem como objetivo investigar como o conceito de cidadania sacrificial tem sido citado e apropriado por pesquisadores brasileiros da área de educação em artigos publicados em periódicos nacionais. A análise empírica foi construída por meio de uma abordagem qualitativa baseada em Revisão Sistemática de Literatura, buscando estabelecer aproximações entre as produções brasileiras e o conceito de cidadania sacrificial de Wendy Brown.

A análise dos resultados, foi realizada à luz da literatura especializada e das teorias que permeiam a cidadania sacrificial e a educação. Este método permitiu promover uma compreensão mais abrangente e embasada sobre a relação entre cidadania e educação no contexto brasileiro.

---

<sup>1</sup> O conceito de qualidade é um conceito polissêmico e foge ao escopo deste trabalho a apresentação de uma discussão mais aprofundada sobre o tema. Ver Ximenes, S. Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

Desta forma, o problema de pesquisa deste trabalho pode ser assim enunciado: De que forma pesquisadores brasileiros citam e utilizam o conceito de cidadania sacrificial cunhado por Wendy Brown em artigos publicados em periódicos nacionais da área de educação?

## **1.2 OBJETIVOS**

### **1.2.1 OBJETIVOS GERAL**

Investigar o uso do conceito de cidadania sacrificial no contexto brasileiro por meio de uma abordagem fundamentada em Revisão Sistemática de Literatura, focando em produções acadêmicas desenvolvidas no Brasil na área da educação.

### **1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Realizar levantamento de literatura em periódicos brasileiros da área de educação a partir do descritor “cidadania sacrificial” e “Wendy Brown” para identificar o uso do conceito.
- Analisar as principais contribuições teóricas do conceito de cidadania sacrificial em publicações brasileiras na área de educação.
- Identificar e discutir a aproximação entre as produções brasileiras e o conceito de cidadania sacrificial, de Wendy Brown, a partir de categorias nativas do campo.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

A escolha deste tema se fundamenta na crescente importância da discussão sobre cidadania sacrificial e sua influência na educação, especialmente no contexto brasileiro. A compreensão dessa dinâmica é crucial para promover reflexões críticas sobre as práticas educacionais e seus impactos na construção da cidadania. Optou-se por uma abordagem bibliográfica para oferecer uma análise robusta e embasada.

A escolha deste tema também é motivada por uma vivência pessoal durante meu percurso acadêmico, onde deparei-me repetidamente com falas, afirmações e atitudes que pareciam perpetuar a ideia da cidadania sacrificial. Compreende-se, aqui, cidadania sacrificial como a ideia de que o sacrifício do cidadão é direcionado para servir à economia, em vez de focar nos interesses públicos e coletivos. Nesse modelo, o indivíduo é fortemente responsabilizado não apenas por suas próprias ações, mas também pelos resultados coletivos, sendo constantemente imerso em um discurso meritocrático, competitivo e individualista.

Ao refletir sobre o tipo de indivíduo que desejamos contribuir para o desenvolvimento, percebi a importância de compreender e questionar como a educação pode influenciar a percepção da cidadania sacrificial, contribuindo assim para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

A delimitação da pesquisa se concentra na análise de textos específicos, visando uma análise mais aprofundada das produções existentes. Este trabalho se alinha a outros estudos da área, visando preencher lacunas e proporcionar uma compreensão mais completa das complexas interações entre cidadania sacrificial e educação. Visa contribuir também para uma reflexão sobre a transformação na prática educativa.

O referencial teórico, apresentado no Capítulo I, aborda inicialmente a conexão entre educação e desigualdades, destacando como a meritocracia e a competição, ao invés de superarem as disparidades sociais, frequentemente as perpetuam. A análise avança para o conceito de cidadania sacrificial, demonstrando como a lógica neoliberal, ao tomar os indivíduos como "capital humano", sacrifica determinados grupos, marginalizando-os dentro do sistema educacional.

A revisão sistemática de literatura conduzida no capítulo II visa explorar a intersecção entre a obra de Wendy Brown e a produção acadêmica brasileira no campo da educação, com ênfase no conceito de "Cidadania Sacrificial". Esse método de pesquisa, escolhido por sua capacidade de organizar e sintetizar um vasto corpus documental, permitiu identificar se e como Brown é referenciada por estudiosos brasileiros, em quais contextos, e as possíveis interpretações de seu trabalho para a realidade educacional do país.

O trabalho se encerra com as considerações finais, que apresentam as conclusões construídas ao longo da análise, os limites percebidos e possibilidades de continuidade da pesquisa.

#### **1.4 APRESENTAÇÃO DA AUTORA WENDY BROWN**

Wendy Brown é uma destacada cientista política e filósofa, reconhecida por suas contribuições no campo da teoria crítica e dos estudos de governamentalidade. Ela obteve seu doutorado em Ciência Política pela Universidade de Princeton e, ao longo de sua carreira, atuou como professora em instituições renomadas, como a Universidade de Berkeley, onde é Professora Emérita de Ciência Política. Sua formação e especialização incluem a interseção entre teoria política, estudos feministas e análises do neoliberalismo, o que caracteriza sua abordagem interdisciplinar e crítica.

Entre suas publicações mais conhecidas estão 'Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution' (2015), na qual analisa como o neoliberalismo redefine a democracia e os sujeitos políticos, e 'In the Ruins of Neoliberalism: The Rise of Antidemocratic Politics in the West' (2019), que discute a relação entre a ascensão de políticas antidemocráticas e a crise do neoliberalismo. Além disso, em textos como 'States of Injury: Power and Freedom in Late Modernity' (1995), ela explora questões sobre poder, justiça e identidades coletivas.

O conceito de Cidadania Sacrificial foi abordado em suas análises sobre como a lógica neoliberal transforma os cidadãos em agentes que internalizam sacrifícios econômicos e sociais em prol de mercados e estados, desafiando noções tradicionais de cidadania como direitos e participação política. A abordagem de Wendy Brown é caracterizada por sua capacidade de articular aspectos econômicos, culturais e políticos em análises críticas que têm inspirado debates acadêmicos em diversas áreas, incluindo a educação, o que torna sua perspectiva central para esta pesquisa.

## **2. CAPÍTULO I - DESIGUALDADES E SACRIFÍCIOS: A EDUCAÇÃO NA CIDADANIA SACRIFICIAL**

### **2.1 EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES**

Ao refletirmos sobre a relação entre educação e desigualdades, é comum imaginarmos que a educação tem o potencial de elevar a vida social e econômica dos indivíduos, ajudando-os a superar as desigualdades existentes. No entanto, a realidade frequentemente revela um cenário distinto. Segundo Dubet (2008), em seu livro 'O que é uma escola justa?' a escola tem se constituído como um espaço de produção de desigualdades. O discurso predominante na sociedade moderna defende e convence as pessoas de que “enquanto as desigualdades decorrentes do nascimento e da herança são injustas, a igualdade das oportunidades estabelece desigualdades justas ao abrir a todos a competição pelos diplomas e pelas posições sociais” (Dubet, 2008, p. 19). Dubet argumenta que o discurso meritocrático reconhece que as desigualdades resultantes das condições de nascimento são injustas, mas esse mesmo discurso defende que a escola, ao promover a competição por diplomas e posições sociais, cria desigualdades que podem ser consideradas “justas” para estabelecer parâmetros e métricas que perseguem os estudantes até a obtenção (quando ocorre) dos diplomas. Esta visão sugere que as desigualdades “justas” surgem da meritocracia e da competição, em contraste com as desigualdades baseadas no nascimento.

Dubet (2008) constrói uma reflexão demonstrando como, no fundo, essas desigualdades consideradas justas pelo discurso da meritocracia são também produzidas por desigualdades de origem, uma vez que os resultados obtidos pelos estudantes ao longo da vida escolar estão fortemente associados às características sociais de origem, nível socioeconômico e condições de vida. Desta forma, ele procura demonstrar como o discurso baseado no esforço e no mérito individual reproduz e reforça as desigualdades de origem.

Ao contrapor os conceitos de igualdade de oportunidades e igualdade de posições, Dubet (2012) demonstra como a ideia de igualdade de oportunidades está mais relacionada à perspectiva de manutenção das desigualdades e imputação aos indivíduos da responsabilidade pelas suas condições de vida. Já o ideal de igualdade de posições demonstra uma preocupação social com a redução das desigualdades em uma sociedade e a importância do papel do poder público como agente na produção de sociedades mais justas.

Nesse sentido, Dubet argumenta que "a igualdade das posições, ainda que sempre relativa, cria um sistema de dívidas e direitos que leva a enfatizar o que temos em comum mais do que aquilo que nos distingue e, nesse sentido, reforça a solidariedade" (Dubet, 2012, p. 177). Essa perspectiva não visa à eliminação completa das diferenças individuais ou à criação de uma sociedade utópica, mas sim à promoção de uma qualidade de vida mais equilibrada, na qual as desigualdades sociais não sejam tão profundas a ponto de ameaçar a autonomia pessoal. Ao regular o livre jogo do liberalismo econômico, a igualdade de posições não entra em conflito com a filosofia liberal, mas busca limitar as desigualdades excessivas, permitindo que todos os indivíduos possam agir livremente, sem serem oprimidos por grandes disparidades sociais.

Ao transportarmos essa reflexão para o campo da educação, torna-se evidente que as desigualdades não são apenas reproduzidas pela escola, mas também ativamente produzidas por ela. A ideia de igualdade de oportunidades, muitas vezes presente no discurso educacional, reforça a meritocracia e a competição, atribuindo o sucesso escolar unicamente ao esforço individual. Esse discurso ignora as desigualdades internas ao próprio sistema educacional, como a diferenciação no acesso a recursos, metodologias e suporte pedagógico, que criam contextos desiguais entre os estudantes. Desse modo, a escola gera novas disparidades, como o tratamento diferenciado entre escolas de diferentes regiões e classes sociais, a seleção e classificação dos alunos por desempenho, e a ênfase em currículos que não contemplam as realidades diversas dos estudantes. A meritocracia imposta desconsidera essas barreiras estruturais, perpetuando a exclusão daqueles em contextos sociais mais vulneráveis.

Outro autor que analisa a produção de desigualdades no que se refere a Educação é Bourdieu. Nogueira e Nogueira (2002), pesquisadores da teoria de Bourdieu, afirmam que

A educação, na teoria de Bourdieu, perde o papel que lhe fora atribuído de instância transformadora e democratizadora das sociedades e passa a ser vista como uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais (Nogueira; Nogueira, 2002, p.17)

Portanto, acreditar que a educação tem o poder de superar as desigualdades no contexto de sociedades desiguais é, na verdade, um mito. O que não significa que a educação ou a escola não tenham papel nesse processo, ao contrário, significa considerar que os sistemas de ensino podem ter um papel mais

preponderante sobre a reprodução do que sobre a contestação ou superação de desigualdades. Qualquer possibilidade de mitigação ou superação de desigualdades não se produz apenas pela oferta escolar, mas depende da forma, das condições, dos contextos, dos processos e resultados dessa oferta.

Dentro dos muros escolares, em vez de superar desafios, acabam-se criando novas formas de exclusão e desigualdades. Nogueira e Nogueira afirmam que "Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia, justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades sociais" (Nogueira e Nogueira, 2002, p. 17) dentro das instituições de educação. Isso significa que a escola, ao invés de ser o grande equalizador, frequentemente atua como um mecanismo de manutenção do status quo, legitimando as diferenças sociais através de práticas como a segregação por desempenho e a naturalização do fracasso escolar de certos grupos.

Essa reprodução ocorre porque as desigualdades de capital cultural e econômico entre os alunos não são apenas ignoradas, mas reforçadas pelas práticas pedagógicas e organizacionais das escolas. A partir deles, "tornou-se imperativo reconhecer que o desempenho escolar não dependia, tão simplesmente, dos dons individuais, mas da origem social dos alunos (classe, etnia, sexo, local de moradia, entre outros)" (Nogueira e Nogueira, 2002, p.17). Assim, o ideal de igualdade de oportunidades disfarça um processo mais profundo de reprodução das hierarquias sociais, onde os estudantes de classes mais favorecidas têm acesso a melhores condições de aprendizado, enquanto aqueles de classes desfavorecidas são condenados a trajetórias educacionais mais limitadas.

Ainda assim, essa perspectiva meritocrática na Educação frequentemente ignora a realidade prática. A crença na meritocracia pode ser usada para desviar a responsabilidade das instituições educacionais e dos sistemas políticos, culpando os indivíduos por seus próprios fracassos. Dubet (2008) aponta que

De fato, se os atores explicam suas desigualdades de performance pelo seu nascimento e por seus talentos naturais, o princípio de igualdade que preside a competição escolar seria inválido e a meritocracia se torna uma farsa. A ficção mais eficaz e mais banal consiste em fazer de conta que os resultados escolares dos alunos são consequências diretas de seu trabalho, de sua coragem, de sua atenção, enfim de tudo o que engajam livremente no seu trabalho escolar (2008, p. 40).

Em outras palavras, ele critica a ideia de que o sucesso ou o fracasso escolar é puramente resultado do esforço individual, sugerindo que essa visão ignora as

influências externas e estruturais que moldam as oportunidades e os resultados educacionais.

Além disso, Dubet observa que, na escola democrática de massa, “não são mais as desigualdades sociais que selecionam os alunos fora de sua escolarização: desde então são os próprios mecanismos escolares, as notas e as decisões de orientação que fazem o ‘trabalho sujo’” (2008, p. 32). Isso significa que, em vez de ser a desigualdade social que exclui certos alunos do sistema educacional com a ampliação do acesso à escola pelas parcelas mais pobres da população, são os próprios mecanismos da escola, como notas e decisões de ‘orientação’, que perpetuam e acirram as desigualdades. Esse cenário cria uma dinâmica onde o sucesso é reservado para uma parte da sociedade que consegue se destacar dentro das estruturas educacionais, enquanto outra parte é marginalizada e excluída das mesmas oportunidades e conquistas.

Portanto, o cenário educacional contemporâneo, em vez de funcionar como um equalizador social, muitas vezes perpetua suas próprias injustiças. De acordo com Sampaio e Oliveira (2015), analisando a educação brasileira,

Quando olhamos para a história de nosso país, vemos que o acesso à educação foi marcado por fortes desigualdades: ora pelo não acesso ao sistema escolar, ora pela exclusão dentro do próprio sistema ou, ainda, pelo acesso a padrões diferentes de qualidade educacional (Sampaio e Oliveira, 2015, p. 512).

Nessa perspectiva, a educação, que deveria promover a igualdade, acaba por reforçar e reproduzir desigualdades, beneficiando alguns e marginalizando outros e aqui a noção do direito social, como a Educação para todos é atacada.

A promulgação da Constituição de 1988 marcou um ponto crucial ao assegurar a universalização do ensino fundamental no Brasil. No entanto, apesar desse avanço, desafios persistentes, como os problemas com a distribuição de recursos e a disparidade na qualidade do ensino, continuaram a influenciar o panorama educacional no país. A Carta Magna de 1988 apresenta uma orientação legal que deveria refletir uma realidade nacional distinta, contrapondo-se à noção de mérito e competição. Fundamentada nos artigos 1º e 3º, a Constituição Federal busca preservar a dignidade da pessoa humana e a cidadania como parte de seus princípios. Seu objetivo fundamental é construir uma sociedade justa, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem-estar de todas e todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e

quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988). Contudo, mesmo indicando objetivos voltados para a redução das desigualdades e garantia do direito universal à educação, é preciso compreender os contextos em que as práticas sociais são produzidas. A efetivação desses princípios na prática educacional enfrenta desafios significativos, sobretudo em virtude do modelo de sociedade em que vivemos.

Para aprofundar essa reflexão, Marcos Ferraz, ao discutir questões ligadas ao Estado e Políticas, ressalta a importância de um direito estar formalmente previsto na legislação para que possa ser legitimamente reivindicado. Conforme ele afirma: "Não é por estar inscrito na Lei, que um direito se efetiva. Mas por estar na Lei, um direito abre o universo da reivindicação política" (Ferraz, 2011). Portanto, a mera existência formal de um direito não garante sua materialização; ele deve ser ativamente reivindicado e implementado dentro das dinâmicas sociais e políticas. Por isso, a legislação, apesar de ser uma base fundamental para a reivindicação de direitos, não é suficiente por si só. Ao mesmo tempo, estar positivado por meio de legislação é um elemento importante para a reivindicação política. A luta pela efetivação desses direitos, como o acesso à educação de qualidade, requer uma ação política contínua que desafie as barreiras impostas por uma sociedade pautada na lógica competitiva e individualista.

Dentro dessa perspectiva, Wendy Brown (2019) oferece contribuições significativas ao abordar a noção de "social," que serve como base para a democracia. O "social" é entendido como o espaço onde os cidadãos se encontram, não apenas como indivíduos isolados, mas como sujeitos políticos que possuem direitos e participam coletivamente na construção de uma sociedade. Segundo Brown,

é o local em que somos admitidos como cidadãos com direitos políticos [...] e em que as desigualdades historicamente produzidas se manifestam como acesso, voz e tratamento políticos diferenciados, bem como o local em que essas desigualdades podem ser parcialmente corrigidas (Brown, 2019, p. 38).

Ou seja, o "social" é o terreno em que as desigualdades se tornam visíveis, seja no que diz respeito ao acesso a recursos e serviços ou à forma como diferentes grupos são ouvidos e representados politicamente. Mais do que isso, é o espaço onde essas desigualdades podem ser, ao menos parcialmente, corrigidas por meio de políticas inclusivas e redistributivas. Brown (2019) alerta para o fato de que, no contexto neoliberal, essa dimensão do "social" está sendo erodida, uma vez que o foco é deslocado da igualdade para a competição e o desempenho individual. A

lógica neoliberal enfraquece o espaço "social" ao tratar os cidadãos como competidores em um mercado, onde a responsabilidade pelo seu êxito é vista como pessoal, desconsiderando as estruturas desiguais que moldam as oportunidades.

Nesse contexto, a busca por igualdade de oportunidades articulada a outras formas de igualdade, como igualdade de posições, condições, resultados, sem a distorção da meritocracia, torna-se uma responsabilidade fundamental do Estado dentro de uma democracia. A meritocracia, ao priorizar a ideia de que o sucesso individual é apenas resultado de esforço pessoal, ignora as profundas desigualdades estruturais que afetam o ponto de partida de muitos cidadãos. Esse filtro meritocrático distorce a percepção de justiça social, fazendo com que a educação se torne uma arena de competição em vez de ser um direito universal.

Dentro desse modelo neoliberal, a educação é mercantilizada e os indivíduos são incentivados a se comportar como "investidores de si mesmos" (Brown, 2018, p. 6), buscando maximizar seu valor no mercado, sem considerar as condições desiguais em que estão inseridos. Nesse cenário, surge o conceito de cidadania sacrificial, onde certos indivíduos ou grupos são sacrificados em prol de uma lógica econômica. Eles se tornam responsáveis pelo seu próprio fracasso ou sucesso, independentemente das barreiras estruturais que enfrentam, e são pressionados a abdicar de direitos sociais ou garantias básicas em nome de uma suposta eficiência econômica.

Esse conceito de cidadania sacrificial reflete a maneira como o Estado neoliberal desloca suas responsabilidades, transferindo para o indivíduo a carga de se adaptar à lógica de mercado, enquanto silencia a luta por justiça social e igualdade real de oportunidades.

## **2.2 CONCEITO DE CIDADANIA SACRIFICIAL E EDUCAÇÃO**

Wendy Brown (2018), ao discutir a cidadania sacrificial, ilumina um fenômeno profundamente enraizado nas estruturas sociais contemporâneas. A autora argumenta que princípios como competição, meritocracia e eficiência não são apenas conceitos abstratos, mas funcionam como justificativas para a marginalização de determinados grupos, relegando-os a uma cidadania de segunda classe. Essa marginalização, como aponta Brown, não apenas perpetua

desigualdades, mas também reforça a exclusão social, criando um ciclo vicioso de desvantagem e subordinação.

Nesse contexto, o conceito de cidadania sacrificial, especialmente quando aplicado ao campo educacional, emerge como uma construção teórica essencial para a análise crítica das desigualdades sistêmicas. Brown (2018) propõe que essa cidadania vai além da mera desvantagem social; ela reflete e reforça as hierarquias estruturais presentes na sociedade, funcionando como um mecanismo de exclusão que sacrifica determinados grupos para manter a ordem vigente. Segundo Brown, “A atual economicização neoliberal da vida política e social se distingue por uma produção discursiva que converte toda pessoa em capital humano – de si mesma, das empresas, e de uma constelação econômica nacional ou pós-nacional” (Brown, 2018, p. 6). Essa lógica neoliberal, conforme Brown, transforma os indivíduos em "capital humano", reconfigurando suas vidas em termos de investimentos em si mesmos. Práticas como consumo, educação, capacitação e escolha de parceiros são vistas como estratégias para aumentar o valor desse "capital", posicionando o indivíduo como uma empresa em si. Brown afirma que

são configurados como práticas de investimento em si mesmo, sendo o ‘si mesmo’ uma empresa individual; e tanto o trabalho quanto a cidadania aparecem como modos de pertencimento à (equipe da) empresa na qual se trabalha ou à nação da qual se é membro (Brown, 2018, p. 6).

Esse fenômeno se estende ao trabalho e à cidadania, que se tornam formas de pertencimento a uma empresa ou a uma nação, sempre sob a ótica do mercado. Wendy Brown destaca o conceito de "capital humano" em nossa sociedade contemporânea. A ideia de que somos autoinvestidores, responsáveis por nosso sucesso ou fracasso, cria uma dinâmica na qual os indivíduos são condenados à dependência e à expectativa de benefícios, ao mesmo tempo em que são considerados um recurso nacional (Brown, 2018). Essa abordagem, embora superficialmente aparente promover a autonomia, na prática, reforça a cidadania sacrificial ao desconsiderar as condições desiguais de acesso à educação.

Ao responsabilizar o indivíduo pela falta de oportunidades, ignora-se sistematicamente a carência de condições dignas para o acesso a uma educação de qualidade. Essas expressões, além de refletirem uma visão reducionista do potencial humano, perpetuam a cidadania sacrificial ao criar um ambiente que, ao invés de incentivar, culpabiliza o estudante, desconsiderando as barreiras estruturais e sociais que moldam sua jornada educacional. Essa perspectiva, portanto, contribui

para a consolidação de uma cidadania de segunda classe, na qual a responsabilidade recai sobre o indivíduo, obscurecendo as falhas sistêmicas que perpetuam as desigualdades educacionais no Brasil.

Nesse sentido, Brown revela que o sujeito neoliberal é formulado simultaneamente como membro de uma empresa e como uma empresa em si (Brown, 2018, p. 7). Essa internalização dos valores de mercado não apenas redefine as identidades individuais, mas também subordina as relações sociais e políticas às dinâmicas econômicas, transformando todas as esferas da vida em oportunidades de otimização de valor. Dentro dessa lógica, Brown argumenta que “a cidadania sacrificial se expande, incluindo qualquer coisa relacionada à saúde de uma empresa ou nação, ou, mais uma vez, a saúde da nação como empresa” (Brown, 2018, p. 34). Isso ilustra como o sacrifício exigido de certos grupos não se limita apenas ao âmbito educacional, mas se estende a todas as dimensões que afetam a "saúde" de uma empresa ou nação, reforçando ainda mais as desigualdades existentes.

Com base nessas contribuições, podemos compreender a cidadania sacrificial como um processo ativo de exclusão, sustentado pela incessante competição e pela imposição de hierarquias. Esses mecanismos são fundamentais para a perpetuação das desigualdades, especialmente no contexto educacional, onde certos grupos (com menor poder aquisitivo em geral) são sistematicamente sacrificados em nome de uma lógica neoliberal que privilegia a eficiência e o capital. Assim, a análise da cidadania sacrificial exige uma reflexão profunda sobre essas dinâmicas, evidenciando a necessidade urgente de repensar a relação entre exclusão educacional e os princípios político-econômicos que a sustentam.

Nesse sentido, as raízes do conceito de cidadania sacrificial, fundamentadas nas análises de Brown, ressaltam a complexidade desse fenômeno. A cidadania sacrificial transcende a simples ausência de oportunidades educacionais, revelando-se como um sistema intrincado de exclusões deliberadas, enraizado em estruturas sociais, econômicas e culturais. Essa compreensão é fundamental para desvelar a natureza sistêmica desse fenômeno.

Ao nos debruçarmos sobre as características específicas da cidadania sacrificial no contexto educacional, é imperativo destacar o papel fundamental desempenhado por fatores como competição e exclusão. Aprofundando a análise

iniciada por Wendy Brown (2019), torna-se evidente como esses elementos são intrínsecos à reprodução dessa forma de cidadania no âmbito educacional.

Wendy Brown (2019) destaca a competição como um dos pilares da cidadania sacrificial. No contexto educacional, a competição não apenas representa a disputa por recursos e oportunidades, mas também atua como um mecanismo que categoriza e define quais grupos são considerados merecedores ou não. Essa dinâmica competitiva, muitas vezes incentivada pelo próprio sistema educacional, reforça a cidadania sacrificial ao sacrificar determinados grupos em benefício de outros. Para esses grupos menos favorecidos "empreender, melhorar posicionamento competitivo e valor, maximizar classificações ou rankings." (Brown, 2015, p. 36), são desconsiderados, perpetuando assim uma hierarquia que marginaliza e exclui aqueles que não se adequam aos critérios estabelecidos pelo sistema.

A exclusão, como característica marcante do contexto neoliberal, é profundamente analisada por Wendy Brown, que nos ajuda a entender "como as formulações da liberdade inspiram e legitimam a extrema direita e como a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações" (Brown, 2019, p. 16). No ambiente educacional, essa exclusão vai além da simples falta de acesso físico às instituições; ela se manifesta de forma mais insidiosa, marginalizando cultural e simbolicamente determinados grupos. A imposição de valores culturais dominantes, muitas vezes alheios às realidades dos grupos sacrificados, perpetua a cidadania sacrificial, negando a diversidade de experiências e perspectivas dentro da educação. Assim, a cidadania sacrificial não apenas exclui fisicamente, mas também impede a plena participação e reconhecimento de identidades plurais, reforçando as desigualdades estruturais.

Dessa forma, ao entrelaçarmos as contribuições de Wendy Brown (2015, 2018, 2019), torna-se claro que a competição e exclusão não são simples contingências, mas sim mecanismos intrínsecos à cidadania sacrificial na educação. Essas características, alimentadas por estruturas sociais mais amplas, reforçam a perpetuação de uma lógica que sacrifica determinados grupos, moldando a dinâmica educacional de maneira a reproduzir, em vez de mitigar, as desigualdades inerentes ao conceito de cidadania sacrificial.

### 2.3 TEORIA DO CAPITAL HUMANO

A teoria do capital humano, crucial para o debate dessa pesquisa, concebe a educação e o desenvolvimento das habilidades humanas como um investimento essencial para o crescimento econômico. Nesse sentido, “a teoria do capital humano expressa uma racionalidade, uma forma de conceber o homem e a sociedade bastante convergente para as noções de progresso e desenvolvimento que foram sendo desenvolvidas a partir do século XIX” (Oliveira, 2020, p. 26). Sob essa perspectiva, o indivíduo é incentivado a aprimorar suas competências e qualificações, transformando-se em um “capital” que gera retorno ao mercado e contribui para o progresso econômico geral. Nesse modelo, a educação é vista, sobretudo, como um meio de aumentar a produtividade e a competitividade dos indivíduos, sendo considerada fundamental para o sucesso pessoal e para o desenvolvimento social e econômico.

A teoria do capital humano, ao enfatizar o aprimoramento individual como meio para o desenvolvimento econômico, coloca sobre cada indivíduo a responsabilidade de traçar seu caminho e alcançar o sucesso por conta própria, atribuindo as transformações sociais a esforços exclusivamente pessoais. Essa visão, como pontua Peroni (2012), “reforça o individualismo e a meritocracia” (p. 22) ao priorizar um modelo em que o progresso ocorre na esfera pessoal e não societária. Assim, os desafios estruturais e as desigualdades coletivas são relegados a segundo plano, desconsiderando que as barreiras para o crescimento não podem ser vencidas apenas com esforço individual, mas requerem políticas inclusivas e redistributivas. Ao definir a educação e o desenvolvimento de habilidades como um “investimento” pessoal, a teoria do capital humano incentiva os indivíduos a se moldarem de acordo com as demandas do mercado, valorizando a empregabilidade e o retorno econômico acima de uma formação crítica e cidadã.

Dessa forma, o modelo reforça um ciclo onde o êxito depende da capacidade de cada um de superar obstáculos de maneira isolada, alimentando o mito meritocrático e desconsiderando que o sucesso individual, em grande parte, é facilitado ou impedido pelo contexto socioeconômico de cada um. No entanto, esse enfoque econômico sobre o papel da educação traz consigo implicações profundas para a concepção de cidadania e os direitos sociais, especialmente quando confrontado com o conceito de “cidadania sacrificial” de Wendy Brown (2019).

Como visto anteriormente, Brown argumenta que o neoliberalismo impõe uma lógica mercantil sobre a vida social e política, transformando os indivíduos em ativos do mercado e limitando a cidadania a um conjunto de responsabilidades voltadas para o próprio aprimoramento econômico. Em sua obra, Brown (2019) descreve a “cidadania sacrificial” como a condição em que os cidadãos, imersos na racionalidade neoliberal, se veem obrigados a sacrificar direitos sociais e interesses coletivos em prol das demandas e dos valores do mercado.

Nesse contexto, a teoria do capital humano fortalece a ideia de que o valor do indivíduo reside, primordialmente, em sua capacidade de gerar retornos econômicos, transferindo a responsabilidade do bem-estar social e das oportunidades educacionais ao próprio indivíduo, agora encarado como “capital”. De acordo com Oliveira (2020) “a teoria do capital humano muda o caráter da educação, que até então era tida somente como consumo, e passa a ser entendida como investimento buscando retorno” (p. 36). Sob essa ótica, a educação torna-se indispensável para o desenvolvimento econômico, cabendo ao indivíduo a responsabilidade por seu sucesso profissional e, indiretamente, pelo crescimento do país.

Observa-se como essa racionalidade molda a visão dos cidadãos sobre si mesmos e sobre seu papel social, promovendo uma ideia de autovalorização ligada ao retorno financeiro e à “empregabilidade” pessoal. Assim, a educação deixa de ser concebida como um direito universal e passa a ser valorizada na medida em que gera ganhos econômicos para o próprio indivíduo e para o mercado. Em última instância, a teoria do capital humano contribui para uma sociedade em que a educação é vista como ferramenta de ajuste e conformidade aos valores de produtividade e eficiência econômica, distanciando-se do ideal de formação cidadã e desenvolvimento crítico.

Para concluir, é necessário reconhecer as limitações do modelo educacional baseado na teoria do capital humano e o impacto das expectativas desproporcionais sobre o papel da educação na sociedade. Como destaca Oliveira (2020, p. 52), “fica evidente o limitado poder da educação para resolver os problemas de exclusão social. A insistente retórica sobre o caráter salvacionista da educação é irresponsável, pois alimenta um modelo perverso e excludente de desenvolvimento.”

Nesse sentido, a visão de que a educação pode, por si só, promover mobilidade social e inclusão é insuficiente e, em certa medida, ilusória, pois não

aborda as desigualdades estruturais que limitam o acesso real e equitativo aos benefícios educacionais. Ao se concentrar exclusivamente na educação como solução para problemas sociais complexos, desconsidera-se que as condições socioeconômicas e as barreiras históricas de acesso permanecem impedindo que muitos indivíduos colham os frutos prometidos pela qualificação formal. Esse discurso salvacionista, quando desvinculado de políticas públicas de redução de desigualdades e de investimento em direitos sociais, acaba por reforçar um ciclo em que apenas alguns se beneficiam, enquanto a maioria permanece presa às mesmas condições de exclusão.

Essa perspectiva econômica de desenvolvimento, que demanda uma adaptação do sujeito às exigências mercadológicas e ignora suas necessidades sociais e cidadãs, cria uma falsa promessa de inclusão social e sucesso para todos. Assim, a crença de que a educação é um meio de salvação econômica desconsidera que, para promover uma transformação real, é preciso repensar as estruturas sociais que sustentam a exclusão e o desequilíbrio econômico. Dessa forma, a teoria do capital humano, ao propor uma solução individualizada para problemas coletivos, perpetua um modelo que não apenas negligencia o papel integral da educação na formação cidadã e crítica, mas também alimenta uma visão limitada e excludente do que significa desenvolvimento e justiça social.

### 3. CAPÍTULO II – REVISÃO DE LITERATURA: APROXIMAÇÕES ENTRE A PRODUÇÃO DE PESQUISA BRASILEIRA E WENDY BROWN

Em busca de um método de pesquisa que atendesse às necessidades abrangentes deste projeto, foi escolhida a revisão sistemática de literatura para aprofundar a pesquisa sobre Wendy Brown e o conceito de "Cidadania Sacrificial" por ela desenvolvido. Galvão e Ricarte (2020) definem a Revisão Sistemática de literatura como “uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente, verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto” (2020, p.58). A revisão sistemática permite ainda identificar se a autora e o conceito são tomados como referências por pesquisadores da área de educação no Brasil, por quais pesquisadores e em quais contextos, além de conhecer as interpretações e traduções possíveis para a realidade brasileira.

A principal vantagem da Revisão Sistemática de Literatura é sua capacidade de mapear de forma exaustiva a produção acadêmica sobre um tema específico, permitindo identificar padrões, lacunas e tendências de pesquisa. No caso desta pesquisa, buscou-se compreender se, e como, os trabalhos acadêmicos brasileiros na área de educação utilizam Wendy Brown e seu conceito de cidadania sacrificial, em quais contextos e quais interpretações ou adaptações foram feitas para a realidade brasileira. Essa metodologia, ao trazer maior controle e transparência ao processo de pesquisa, garante a replicabilidade e a validade científica, elementos cruciais para sustentar as conclusões deste trabalho.

A revisão de literatura foi realizada em diversas bases de dados para identificar artigos relevantes que atendam aos critérios de inclusão definidos. Os periódicos selecionados para esta revisão foram aqueles indexados nas bases do portal de **periódicos da CAPES, SciELO, Educa@ (FCC) e Redalyc**. As palavras-chave utilizadas na busca foram "**Wendy Brown**" e "**Cidadania Sacrificial**". Para assegurar a relevância e atualidade dos estudos, optou-se por aplicar filtros que incluíssem apenas artigos publicados **a partir de 2020**, escritos em **língua portuguesa** e oriundos do **Brasil**. Esse recorte temporal, linguístico e geográfico foi essencial para delimitar a pesquisa, pois sem tais critérios, a busca resultou em um volume excessivo de artigos: 8.431 no Redalyc, 5.319 nos

periódicos do portal da CAPES, 13 no SciELO e nenhum no Educ@ FCC. Portanto, essa delimitação permitiu uma análise mais focada e pertinente, garantindo que os estudos considerados refletissem as discussões e avanços mais recentes no campo educacional brasileiro.

Os critérios de inclusão definidos foram: estar escrito em português, conter uma ou mais das palavras-chave ("Wendy Brown" ou "Cidadania Sacrificial"), ter sido publicado entre 2020 e 2024, mencionar Wendy Brown pelo menos uma vez no texto e pertencer à área de educação. Já os critérios de exclusão foram: não pertencer à área de educação, não apresentar as palavras-chave selecionadas, não estar em português, ter sido publicado antes de 2020 e não citar a Wendy Brown. Conforme o quadro a seguir, são apresentadas as especificações para uma melhor visualização dos critérios de inclusão e exclusão considerados.

Quadro 1 - Critérios de Inclusão e Exclusão de Artigos na busca de publicações em periódicos nacionais

<b>Critérios de Inclusão</b>	<b>Critérios de Exclusão</b>
Textos publicados em Português	Textos que não estão em Português
Contêm 1 ou mais palavras-chave	Não apresentam as palavras-chave selecionadas
Publicados entre 2020 a 2024	Publicados anteriormente a 2020
Pertencem à área da Educação	Não pertencem à área da Educação
Citam Wendy Brown pelo menos 1 vez	Não citam Wendy Brown

Fonte: Elaborado pela autora

Vale a pena ressaltar que não foi possível selecionar artigos dos periódicos a partir do repositório da CAPES, pois, ao pesquisar por Wendy Brown, todos os textos estavam em inglês, o que não se adequou aos critérios estabelecidos. Quando a busca foi realizada pelo termo "cidadania sacrificial", foram encontrados três artigos, sendo em áreas que não correspondem à área da Educação. Já na SciELO, a pesquisa pelo nome "Wendy Brown" resultou em oito artigos, dos quais seis estavam em inglês e dois artigos não correspondiam à área da Educação. Não foram encontrados documentos para a pesquisa do termo "cidadania sacrificial" na SciELO.

No site da Educa@ FCC, não foram encontrados documentos ao buscar por "Wendy Brown", "Brown" ou "cidadania sacrificial". Portanto, apenas foi possível incluir nesta análise artigos encontrados na Redalyc. A primeira pesquisa foi

realizada com o termo "Wendy Brown" após a aplicação de filtros para artigos em português, na área de educação, publicados no Brasil, entre 2020 e 2024, foram localizados 147 artigos. A pesquisa pelo termo "cidadania sacrificial" na Redalyc não resultou em artigos utilizando essa terminologia específica, encontrando apenas resultados que mencionavam "cidadania" ou "sacrifício" separadamente. Uma nova busca foi realizada utilizando a expressão "cidadania sacrificial" entre aspas e foram identificados 3 artigos. A tabela a seguir apresenta as informações expostas para auxiliar a compreensão:

Quadro 2 - Resultados da Pesquisa em bases de busca de publicações científicas, com avaliação por pares

Base de Busca	Termo de Pesquisa	Resultados encontrados
Portal de periódicos da Capes	Wendy Brown	5.013 artigos em inglês quando pesquisado pelo nome da autora
	Cidadania Sacrificial	3 artigos de áreas que não correspondem à Educação
SciELO	Wendy Brown	8 artigos encontrados, sendo 6 em inglês e 2 de outras áreas que não correspondem à Educação
	Cidadania Sacrificial	Não foram encontrados documentos para o termo 'Cidadania Sacrificial'
Educ@fcc	Wendy Brown	Não foram encontrados documentos para o termo 'Wendy Brown' ou 'Brown'
	Cidadania Sacrificial	Não foram encontrados documentos para o termo 'Cidadania Sacrificial'
Redalyc	Wendy Brown	147 artigos localizado com a aplicação dos critérios
	Cidadania Sacrificial	3 artigos encontrados para o termo 'Cidadania Sacrificial' que também tinham sido considerados no termo "Wendy Brown"

Fonte: Elaborada pela autora

A seleção posterior a este processo partiu dos textos identificados no repositório Redalyc e incluiu várias etapas meticulosas: primeiramente, a leitura dos

títulos para identificar se enquadravam nos critérios estabelecidos; em seguida, a leitura dos resumos para verificar a conformidade com os critérios definidos; e, por fim, a leitura integral dos artigos para confirmar que atendiam a todos os critérios estabelecidos. Apenas os artigos que passaram por todas essas etapas foram incluídos na análise final.

Tabela 1 – Artigos incluídos na revisão de literatura, incluídos ou excluídos a cada etapa.

	redalyc
Quantidade de artigos considerando os descritores	147
Quantidade de artigos excluídos após a leitura dos títulos	94
Quantidade de artigos excluídos após a leitura dos resumos	42
Quantidade final de artigos mantidos para análise	<b>11</b>

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do levantamento.

Este rigor metodológico garante que a revisão sistemática de literatura forneça uma base sólida e confiável para o desenvolvimento do conhecimento sobre o conceito de "Cidadania Sacrificial" de Wendy Brown, contribuindo significativamente para o avanço das discussões acadêmicas na área de educação.

Os artigos incluídos na revisão totalizaram 11, sendo 2 publicados em 2020, 1 em 2021 e 8 em 2022. A análise dos temas principais discutidos nesses artigos revelou três áreas predominantes: dois artigos estavam relacionados ao currículo escolar, cinco discutiam sobre inclusão escolar e quatro tratavam de política educacional. Esta distribuição temática destaca a abrangência e a relevância do conceito de "Cidadania Sacrificial" de Wendy Brown no contexto educacional brasileiro.

Os autores dos artigos analisados estavam na sua maioria filiados a instituições universitárias públicas. As instituições envolvidas incluíam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Santa Maria, Universidade Tiradentes e Universidade Federal de Minas Gerais. Um dos artigos foi produzido em coautoria entre pesquisadores da Georgia Southern University e da UFRJ. Embora seja um único texto com participação internacional, é possível que isso identifique uma tendência de ampliação de atividades de internacionalização das IES brasileiras.

A pesquisa revelou uma concentração de Instituições de Ensino Superior (IES) nas regiões Sul e Sudeste do Brasil. A Universidade Federal do Rio Grande do

Sul (UFRGS) destaca-se com quatro publicações, seguida pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com duas e três publicações, respectivamente. Além disso, cinco artigos foram publicados na *Revista Educação Especial*, enquanto os demais periódicos não se repetiram. Em relação aos autores, Kamila Lockmann e Rejane Ramos Klein se destacam com duas publicações conjuntas, e Elizabeth Macedo também aparece duas vezes entre os autores, sendo que os demais contribuintes não têm publicações repetidas na amostra. Esses dados refletem uma tendência de produção acadêmica concentrada em determinadas IES e regiões, evidenciando possíveis desequilíbrios na distribuição geográfica das pesquisas sobre a temática no Brasil.

A concentração de artigos mais recentes, especialmente em 2022, pode sugerir uma crescente atenção ao tema na literatura acadêmica. Esta tendência pode ser interpretada como um reflexo das mudanças e desafios contemporâneos na educação, que requerem novas abordagens e reflexões críticas como as oferecidas pelo trabalho de Wendy Brown. A ênfase em temas como inclusão escolar e política educacional, em particular, aponta para uma preocupação com a equidade e a justiça social no ambiente educacional, aspectos centrais na teoria de Brown.

O quadro 3 apresenta uma síntese das informações sobre a publicação dos artigos selecionados, incluindo os títulos dos artigos, seus autores, as instituições aos quais os autores estão filiados, ano de publicação, periódico em que foi encontrado, as temáticas e a quantidade de citações à Brown encontradas.

Quadro 3 – Síntese das informações sobre as publicações selecionadas para a análise.

<b>Título do artigo</b>	<b>Autores</b>	<b>Filiação institucional</b>	<b>Ano</b>	<b>Periódico</b>	<b>Temática</b>	<b>Número de citações de Brown</b>
Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum	Kamila Lockmann e Rejane Ramos Klein	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2022	Revista Educação Especial	Educação inclusiva	12
A questão do protagonismo juvenil	Roberto Rafael	Universidade do Vale do	2022	Ensaio: Avaliação	Educação juvenil e o	6

no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular	Dias da Silva	Rio dos Sinos		e Políticas Públicas em Educação	novo Ensino médio	
A promessa Neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: Felicidade como projeto de vida	Elizabeth Fernandes de Macedo; Marlon Silveira da Silva	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2022	Revista Educação Especial	Educação e currículo	18
Da responsabilidade ética do responder para que serve a escola	Maria Santos; Elizabeth Macedo	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2022	Educar em revista	O papel da escola	1
Fundamentalismo e deficiência: A obstinação moderna pela igualdade	Maura Corcini Lopes; Alfredo José da Veiga-Neto	Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2022	Revista Educação Especial	desigualdades	1
Práticas de apoio e inclusão escolar: do direito e justiça social para o capacitismo	Raquel Fröhlich	Universidade do Estado de Santa Catarina	2022	Revista Educação Especial	Educação e inclusão	1
Processos de in/exclusão de alunos com deficiência em tempos de sindemia covídica	Kamila Lockmann; Rejane Ramos Klein	Universidade Federal do Rio Grande e Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2022	Ciência & Educação	Educação e inclusão	3
Neoconservadorismo e Arcaísmos no Neoliberalismo: Implicações para a corrosão da inclusão escolar	Alexandre Filordi de Carvalho; Jonas Rangel de Almeida	Universidade Federal de Lavras e Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2022	Revista Educação Especial	Educação e exclusão	1
Sociedade das outsiders: das pedagogias de gênero da prosperidade às heterotopias pós-feministas	Stefane Rodrigues Colman; Gregory da Silva Balthazar	Universidade Tiradentes	2021	Revista Tempos e Espaços em Educação	Pedagogia de gênero e a racionalidade neoliberal	1
Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica	Fernando Seffner	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	2020	Práxis Educativa	Políticas conservadoras e Educação de gênero	7

Dados dirigindo a vida fora de sequência: Derivas entre estudos da ciência e da tecnologia e pesquisa em educação	John A Weaver; Thiago Ranniery	Georgia Southern University e Universidade Federal do Rio de Janeiro	2020	Educação em Revista	Tecnologia e Educação	1
---	--------------------------------	--	------	---------------------	-----------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir da revisão de literatura.

Portanto, foi possível identificar dentro dos artigos incluídos nessa pesquisa temas recorrentes utilizando a autora Wendy Brown, como Educação Inclusiva, Educação Juvenil, Currículo, Desigualdades, Políticas, Tecnologia e Educação. Entre esses temas, emergem várias semelhanças e conexões.

Primeiramente, a crítica ao neoliberalismo é um fio condutor comum presente na análise das políticas educacionais, das práticas de inclusão, e nas reflexões sobre igualdade e exclusão. A ideia de que o neoliberalismo intensifica desigualdades e marginalizações aparece reiteradamente, sugerindo uma visão crítica unificada entre os autores. Em particular, os artigos destacam como as políticas neoliberais reconfiguram as práticas educacionais para atender aos interesses do mercado, muitas vezes em detrimento das necessidades educacionais e sociais dos alunos. Wendy Brown (2019), em sua crítica à racionalidade neoliberal, argumenta que essa lógica mercantiliza todos os aspectos da vida, incluindo a educação, distorcendo o princípio de direito. Ainda assim, a autora explica que a democracia vai além da liberdade, mas ela é sobretudo a igualdade. De acordo com Lockmann e Klein (2022),

a democracia atua em busca da igualdade de condições, de participação, de acesso, de escolaridade, de emprego, de renda, etc. Por isso, a luta por justiça social torna-se fundamental para qualquer Estado democrático. Tal luta exige do Estado, especialmente de um Estado historicamente desigual, como o Brasil, que ele aja deliberadamente por meio de intervenções no social, para que assim possa corrigir ou reduzir as desigualdades entre os cidadãos (Lockmann; Klein, 2022, p. 5).

Para Brown (2019), como debatido no capítulo I, é exatamente no social que a igualdade política, essencial à democracia, é feita ou desfeita. Dessa forma, a mercantilização da educação pelo neoliberalismo não só compromete o acesso equitativo ao conhecimento, mas também mina a própria estrutura da democracia, que depende da igualdade de condições para todos os cidadãos.

Ainda assim, o autor Roberto Silva (2022), ao citar Brown, reforça essa crítica ao afirmar que

Os princípios da justiça, a vida cidadã, as culturas políticas e mesmo o imaginário democrático deslocam-se da possibilidade de lançarmos projetos democráticos para um processo de 'economização neoliberal da vida política e de outras esferas e atividades que, até o momento, não eram econômicas' (BROWN, 2016, p. 14). Sem dúvida que a democracia não se trata de um conceito "único e universal" (Silva, 2022, p. 13).

Nesse contexto, a educação também sofre esse deslocamento, passando de um direito social fundamental para um campo marcado pela lógica do mercado, onde a competição, o mérito individual e a eficiência financeira tornam-se os principais critérios de avaliação. Silva (2022) evidencia que, para Brown (2019), a democracia, longe de ser um conceito fixo ou "inocorrível", está sujeita a mudanças de sentido e apropriações que favorecem interesses econômicos. Isso significa que o campo educacional, ao se submeter às forças do neoliberalismo, acaba se distanciando dos ideais democráticos de igualdade e justiça social, reforçando desigualdades e limitando as possibilidades de uma educação transformadora. Nesse cenário, a cidadania, em vez de ser um exercício de direitos coletivos e de participação política, é reduzida a um esforço individual de sobrevivência dentro de um sistema que prioriza o sucesso econômico.

Embora os artigos analisados não utilizem diretamente o conceito de "Cidadania Sacrificial" como elaborado por Wendy Brown (2018), é possível identificar, nas produções, elementos que constituem esse conceito. Muitas dessas publicações criticam práticas educacionais que reforçam a lógica meritocrática, o individualismo, a competição e a mercantilização da educação, características centrais do neoliberalismo. Essas críticas refletem aspectos fundamentais da cidadania sacrificial, em que o sacrifício dos direitos sociais, como a educação de qualidade para todos, é justificado em nome de uma suposta eficiência econômica e produtividade. Assim, os trabalhos analisados, ainda que não façam referência explícita ao conceito, se alinham ao debate ao apontar as consequências de um sistema educacional que prioriza resultados financeiros e individuais em detrimento de uma visão coletiva e inclusiva de cidadania.

Além disso, há uma preocupação constante com a prática educativa como um campo de luta e resistência. Seja através da análise do currículo, do papel da escola ou das práticas de inclusão, os artigos destacam a necessidade de uma educação

que promova a justiça social e a igualdade, resistindo a pressões políticas e econômicas que buscam moldá-la de forma restritiva e excludente. Essa visão é coerente com a abordagem de Wendy Brown (2018), que defende que a educação deve ser um espaço para a formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de questionar e transformar as estruturas sociais injustas.

As pesquisas analisadas empregam predominantemente desenhos metodológicos qualitativos, com um forte enfoque em pesquisas bibliográficas, utilizando-se de fontes teóricas e literatura acadêmica para desenvolver seus argumentos e análises. Dentre os instrumentos de coleta de dados, destacam-se as revisões de literatura. A análise dos dados é conduzida através de uma abordagem teórica, muitas vezes utilizando os conceitos e teorias de Wendy Brown (2018) como lentes interpretativas. As pesquisas utilizam os conceitos e teorias de Wendy Brown (2018) para analisar e argumentar sobre as temáticas estudadas, destacando como a racionalidade neoliberal reconfigura os elementos constituintes da democracia e mercantiliza aspectos fundamentais.

Outro assim, os artigos tendem a ter um caráter teórico e ensaístico, visando problematizar e discutir temas relevantes no campo da educação sob a ótica das teorias críticas. Por exemplo, Kamila Lockmann e Rejane Ramos Klein (2022) exploram a fragilização do direito à inclusão de pessoas com deficiência na escola comum, baseando-se em uma pesquisa bibliográfica. Roberto Rafael Dias da Silva (2022) e Elizabeth Fernandes de Macedo e Marlon Silveira da Silva (2022) utilizam conceitos de neoliberalismo e currículo para criticar o novo currículo do ensino médio, também através de pesquisas bibliográficas.

As principais conclusões dos artigos estão intimamente relacionadas às críticas de Brown. Por exemplo, a pesquisa de Maura Corcini Lopes e Alfredo José da Veiga-Neto (2022) problematiza o conceito de igualdade moderna e sua interseção com o neoliberalismo, reforçando a ideia de que a racionalidade neoliberal corrói a inclusão escolar. Da mesma forma, as discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência durante a pandemia (Lockmann e Klein, 2022) destacam as desigualdades exacerbadas por um sistema neoliberal que prioriza a eficiência econômica sobre a justiça social.

Em síntese, as pesquisas analisadas adotam uma abordagem metodológica predominantemente teórica e bibliográfica, aprofundando-se nos conceitos propostos por Wendy Brown (2018) para dissecar e criticar as profundas implicações

do neoliberalismo no campo educacional. Essas investigações revelam que a mercantilização dos processos educacionais e a permeação da racionalidade neoliberal intensificam as desigualdades estruturais e corroem os princípios fundamentais da democracia. Ao fazer isso, elas corroboram as incisivas críticas de Brown sobre a transformação econômica da vida política e social, demonstrando como o neoliberalismo não apenas redefine a educação como um produto de mercado, mas também compromete a possibilidade de uma cidadania verdadeiramente inclusiva e equitativa.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer as páginas deste trabalho, deparamo-nos com a complexa teia que entrelaça a cidadania sacrificial à educação. Os fundamentos teóricos de Wendy Brown (2018) serviram como bússolas norteadoras, iluminando os meandros dessa relação intrincada. Brown (2018) destaca como o neoliberalismo transforma a educação em uma esfera competitiva, em que os indivíduos são incentivados a se tornarem "empreendedores de si mesmos". Essa mentalidade de competição leva a uma educação voltada para a obtenção de resultados e a uma abordagem instrumental do conhecimento, onde o valor de uma educação é medido principalmente pela sua utilidade econômica. A cidadania sacrificial, conceito que emergiu das sombras da desigualdade, revelou-se não apenas um fenômeno social, mas uma presença latente nos corredores educacionais do Brasil por meio das análises das produções brasileiras consultadas neste estudo.

A análise das contribuições teóricas dessa renomada pensadora permitiu desvelar as nuances da cidadania sacrificial e sua influência na forma como a educação é estruturada. Wendy Brown (2018), ao explorar as dinâmicas do sacrifício em nome da eficiência e da competição, proporciona percepções fundamentais para compreendermos como a cidadania sacrificial se manifesta e, crucialmente, como pode ser desafiada. Por meio da Revisão Sistemática de Literatura, conseguimos identificar, selecionar e analisar um conjunto significativo de estudos relevantes, garantindo que as contribuições de Wendy Brown (2019) fossem interpretadas e discutidas à luz das particularidades do contexto educacional brasileiro.

Os artigos reunidos a fim de analisar a presença da autora nas produções brasileiras na área da educação demonstraram uma presença marcante das contribuições de Brown (2018, 2019) e de seus conceitos. Os temas encontrados que discutem a inclusão educacional, Políticas educacionais, neoliberalismo, currículo e práticas educacionais que perpetuam desigualdades evidenciam que a lógica sacrificial permeia as estruturas educacionais, marginalizando certos grupos e limitando suas oportunidades.

Entretanto, os dados apresentados não são meramente um diagnóstico, mas um chamado à ação. Revelam a urgência de transformações substanciais na educação brasileira. A disparidade regional, as dificuldades enfrentadas por grupos

marginalizados e o desinvestimento na Educação Básica são alertas para a necessidade de políticas públicas efetivas e inclusivas.

Cumprimos os objetivos preestabelecidos ao analisar as contribuições teóricas de Wendy Brown (2018, 2019) e as produções brasileiras. No entanto, o trabalho aqui apresentado não se encerra como uma resposta final, mas como um convite à reflexão e à ação. Uma possível continuidade da pesquisa se assenta sobre a necessidade de aprofundamento das reflexões sobre a capacidade transformadora da educação e a adoção de políticas que a valorizem como instrumento de emancipação, desafiando assim a lógica sacrificial e construindo caminhos mais justos e igualitários para as gerações futuras.

Considera-se que a pesquisa enfrentou alguns desafios que se apresentaram como limites para o seu desenvolvimento, como a pequena produção a respeito do termo “cidadania sacrificial” e a ausência de publicações em repositórios nacionais. Isso levou à necessidade de utilização de um repositório internacional, estabelecendo como recorte critérios que identificassem produções brasileiras. Uma possível continuidade da pesquisa poderia reproduzir o levantamento em outros portais e repositórios de periódicos nacionais além daqueles que foram incluídos neste estudo. Uma possibilidade de ampliação do recorte, incluindo produções em outras línguas, além dos textos publicados em português, também pode ampliar o potencial de análise.

**REFERÊNCIA**

ALVES, Alda Judith. **A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: Meus tipos inesquecíveis.** Cad. Pesq. São Paulo, n.81, p.53-60, Maio 1992.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 18 jan. 2024.

BROWN, Wendy. **Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution.** New York: Zone Books, 2015.

BROWN, Wendy. **Cidadania Sacrificial - Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade - Tradução Juliane Bianchi Leão.** Pequena Biblioteca de Ensaio. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: Editora filosófica Politeia, 2019

DUBET, François. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades.** São Paulo: Cortez, 2008.

DUBET, François. **Os limites da igualdade de oportunidade.** São Paulo. Cadernos cenpec. v.2, n.2, p.171-179. Dez. 2012.

COLMAN, Stefane Rodrigues, BALTHAZAR, Gregory da Silva . **Sociedade das outsiders: das pedagogias de gênero dos benefícios às heterotopias pós-feministas.** Revista Tempos e Espaços em Educação [en linea]. 2021, 14(33), 1-17[saída de Consulta 7 de Julho de 2024]. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570272348129>

CARVALHO, Alexandre Filordi de. ALMEIDA, Jonas Rangel de. **Neoconservadorismo e arcaísmos no neoliberalismo: implicações para a**

**corrosão da inclusão escolar.** Revista Educação Especial, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-21.

FERRAZ, Marcos Alexandre. **Estado, Política e Sociabilidade.** In Gouveia, A.; Souza, A.; Tavares, T. Políticas Educacionais: conceitos e debates. Curitiba: Ed. Appris, 2011.

FROHLICH, Raquel. **Práticas de apoio e inclusão escolar: do direito e justiça social para o capacitismo.** Revista Educação Especial, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-18. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

GALVÃO, Taís Freire. PEREIRA, Mauricio Gomes. **Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 23(1):183-184, jan-mar 2014.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. RICARTE, Ivan Luiz Marques. **Revisão Sistemática de Literatura: Conceituação, Produção e Publicação.** Filosofia da informação, Rio de Janeiro, v. 6 n. 1, p.57-73, set.2019/fev. 2020

Macedo, Elizabeth Fernandes de; Silva, Marlon Silveira da. **A promessa neoliberal-conservadora nas políticas curriculares para o Ensino Médio: felicidade como projeto de vida.** Revista Educação Especial, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-23. Universidade Federal de Santa Maria Santa Maria, Brasil.

LOCKMANN, K., & KLEIN, R. R. **Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum.** Revista Educação Especial, 35, e56/1–20. 2022.

LOCKMANN, Kamila; KLEIN, Rejane Ramos. **Processos de in/exclusão de alunos com deficiência em tempos de sindemia covídica.** Ciência & Educação (Bauru), vol. 28, e22048, 2022. Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, campus de Bauru.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo José da. **Fundamentalismo e deficiência: a obstinação moderna pela igualdade**. Revista Educação Especial, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre. Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A.. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições**. Educação & Sociedade, v. 23, n. 78, p. 15–35, abr. 2002.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Da promessa de futuro à suspensão do presente: A teoria do capital humano e o Pisa na educação brasileira**. 1. ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. **A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado**. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 19-31, maio/ago. 2012

ROMANOWSKI. Joana Paulin. ENS.Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em Educação**. Diálogo Educ., Curitiba, v.6, n.19, p.37-50, Set.;Dez. 2006.

SANTOS, Maria; MACEDO, Elizabeth. **Da responsabilidade ética do responder para que serve a escola**. Educar em Revista, vol. 38, e85999, 2022. Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

SOUZA, Matheus hein. **Os conceitos de "homo politicus", "homo economicus" e "cidadania sacrificial" na obra de Wendy Brown**. Clareira, v. 6, n.1-2, p. 66-83. Jan-Dez/2019.

SAMPAIO, Gabriela Thomazinho Clementino. OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Dimensões da desigualdade educacional no Brasil**. RBPAE - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.

SEFFNER, F. **Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica.** Práxis Educativa, [S. l.], v. 15, p. 1–19, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15010.045 Básica\*. Práxis Educativa, vol. 15, e2015010, 2020. Programa de Pós-Graduação em Educação-Universidade Estadual de Ponta Grossa.

SILVA, Roberto Rafael Dias da. **A questão do protagonismo juvenil no Ensino Médio brasileiro: uma crítica curricular.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 31, núm. 118, e0233427, 2023, Janeiro-Março. Fundação CESGRANRIO.

WEAVER, John A; RANNIERY, Thiago. **Dados Dirigindo a vida fora de sequência: Derivas entre estudos da ciência e da Tecnologia e pesquisa em Educação.** Educação em Revista, vol. 36, e221497, 2020. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.